

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE História

História e Multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos



UNISINOS – São Leopoldo – RS / 15 a 20 de julho de 2007

ANAIS

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Memória Política: os brasileiros e a resistência à ditadura militar no Chile (1969-1973)

Cátia Cristina de Almeida Silva*

Resumo: O exílio, como estratégia utilizada pelo governo militar para afastar a oposição ou como uma oportunidade de sobrevivência, embora colocasse fim aos projetos individuais e políticos não anulava a resistência e a continuidade de contestação ao regime militar brasileiro. Enquanto a repressão intensificou e se especializou sob o governo Médici, o Chile, por sua tradição democrática e pelo início do governo socialista de Salvador Allende, tornou-se um dos lugares mais seguros e atrativos para os refugiados das ditaduras sul americanas. A proposta do trabalho é demonstrar a partir da análise das memórias, dos relatos orais e de documentos oficiais dos órgãos de repressão, como foi a experiência do exílio brasileiro de homens e mulheres no Chile entre os anos de 1969 e 1973.

Palavras-chave: Golpe de Estado – Chile - Exílio.

Abstract: Exile, as a strategy used by the military government to hold back the opposition or as an opportunity of survival, although it put an end to the individual and political projects, didn't block the resistance and the continuity of the fight against the Brazilian military regime. While in Brazil the repression increased and specialized under the Médici's government, Chile, by its democratic tradition and by the beginning of the socialist government of Salvador Allende, became one of the safest and most attractive places for the refugees of the south-american dictatorships. The proposal of this work is to demonstrate, based on analysis of memories, oral reports and official documents of the repression agencies, was the experience of exile of Brazilian men and women in Chile in the years 1969 through and 1973.

Keywords: Coup of state – Chile – Exile.

Este artigo tem como objetivo abordar o exílio brasileiro no Chile entre os anos de 1969 a 1973. Partindo do caráter repressivo do governo instituído no Brasil em 1964, característica sempre presente nas ditaduras militares, pretende-se demonstrar que o exílio - como estratégia imposta para afastar a oposição ou mesmo como uma alternativa para garantir a sobrevivência -, embora colocasse fim aos projetos individuais e políticos dos exilados não anulava a resistência e a continuidade de contestação ao regime¹.

Assim, o texto encontra-se organizado em dois momentos: o primeiro traz algumas reflexões sobre o governo do general Emílio Garrastazu Médici no Brasil (1969-

* Aluna do Programa de Pós-Graduação em História - Mestrado em História da Universidade Federal de Mato Grosso, bolsista FAPEMAT. catia.almeida@gmail.com.

¹ Dentre os estudos sobre exílio destacamos a obra de Denise Rollemberg (1999).

1974) e sobre o governo socialista de Salvador Allende Gossens (1970-1973). A proposta é demonstrar o contexto político e social da saída dos brasileiros e da chegada ao Chile. O segundo momento trata da dinâmica do exílio no Chile até quando o general Augusto Pinochet Ugarte ascendeu ao poder por meio de um Golpe Militar em 11 de setembro de 1973.

As décadas de 1960 a 1980 ficaram marcadas pelo desencadeamento de Golpes Militares no Cone Sul². Inicialmente com o Paraguai em 1954, seguido pelo Brasil e pela Bolívia no ano de 1964. Logo, o Chile e o Uruguai em 1973 e por fim a Argentina no ano de 1976. Dessa forma, as Forças Armadas que por vezes assumiram o papel de interventor ou de poder moderador no Estado, surgiram como protagonistas no cenário político dos países acima citados.

A produção historiográfica sobre o período é cada vez mais ampla. Superadas as limitações impostas pelos anos de exceção e com a abertura política, os aspectos outrora difíceis de serem percorridos, dado a relativa eficiência dos meios de censura e repressão das ditaduras, agora são objetos de estudo de historiadores, cientistas políticos, sociólogos, jornalistas, dentre outros pesquisadores. Além disso, as pesquisas sobre o período intensificaram-se com a abertura dos arquivos da repressão contribuindo para revisões não só no âmbito historiográfico. Destacamos ainda as possibilidades de novas reflexões a partir da nova história política, sobre temas como comportamento eleitoral, processos eleitorais, biografias, sistemas políticos, dinâmica política (evolução dos regimes, reformas, revoluções), opinião pública, partidos, dentre outros (RÉMOND, 2003).

O Golpe de Estado ocorrido no Brasil em 31 de março de 1964 dissolveu as instituições representativas, proscreeu partidos políticos, impôs uma nova dinâmica à política e militarizou a vida social levando a um período de muita repressão àqueles que se opuseram ao governo liderado pelos militares. Durante o governo Médici o Brasil vivenciou um dos períodos mais duros e repressivos de sua história. O país continuava vivendo sob o decreto do Ato Institucional Nº 5, publicado em 13 de dezembro de 1968 no governo Costa e Silva, que significou o fechamento do governo num regime de contínua supressão das liberdades individuais e de censura à imprensa.

O desenvolvimento de políticas econômicas voltadas para o crescimento nacional foi uma das estratégias do governo Médici. Durante sua administração, lembrada pelo

² Entende-se Cone Sul como o conjunto dos seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. Tal divisão considera a experiência ditatorial desses países e ainda por integrarem, o Chile e a Bolívia como membros associados, o bloco econômico regional Mercado Comum do Sul (Mercosul). Cf. (ARAÚJO, 2000).

chamado milagre econômico, houve o crescimento do PIB, o controle da inflação, o aumento da oferta de empregos e da agroexportação.

O governo Médici incorporou a preocupação do regime militar com a aceleração do desenvolvimento econômico num ritmo e duração adequados à meta de superação do subdesenvolvimento – na perspectiva da época, tratava-se da corrida rumo ao ano 2000, oportunidade histórica de cruzar a fronteira do desenvolvimento pleno. Esse projeto nacional aflorou numa conjuntura duplamente favorável – ascenso cíclico, no plano doméstico, e um cenário externo de expansão do comércio e do movimento de capitais – possibilitando, assim, desfrutar a evidência de uma economia que crescia na velocidade compatível com as ambições alimentadas pelo regime. Note-se ainda: a recuperação estava em curso desde 1967, mas, somente no início de 1970, vem à tona a evidência do crescimento “milagroso” (MACARINI, 2005: 37).

Mas não foi só a economia que cresceu. A repressão aumentou consideravelmente sendo que em menos de 3 anos de governo havia cerca de 2.500 denúncias de tortura contra aproximadamente 1.500 nos oito anos antecedentes (GÁSPARI, 2003: 23).

Neste contexto, muitos brasileiros considerados subversivos foram perseguidos e obrigados a deixar o país. O Chile, ao eleger em 1970 o presidente socialista Salvador Allende, passou a receber grande parte desses exilados brasileiros, fosse por afinidade ideológica com o governo ou em busca de refúgio num país de tradição democrática.

O Chile percorreu um ciclo político variado em pouco mais de um século de história. Baseado primeiro numa economia agro-mineira apresentando uma organização operária relativamente precoce em relação aos demais países da América Latina - desde a segunda metade do século XIX quando as atividades de exploração do salitre foram incrementadas com o fim da Guerra do Pacífico³. Em seguida passou por um período democrático, entre os anos de 1938 e 1973, nesse momento estabeleceu-se uma estrutura que possibilitava amplas alianças e coalizões entre partidos. Após 1973 vivenciou um dos mais violentos regimes implantados no Cone Sul, caracterizado pelas ações repressivas contra o movimento popular, os partidos de esquerda, as organizações democráticas e os estrangeiros residentes no país.

Os brasileiros que chegaram ao Chile a partir de 1969 encontraram o país em clima de efervescência política, momento de sucessão presidencial. Allende, candidato pela Unidade Popular (UP) – coalizão entre os partidos Comunista (PC), Socialista (PS), Radical

³ A Guerra do Pacífico opôs o Chile ao Peru e à Bolívia durante os anos de 1879-1883. Vitorioso, o Chile anexou os estados de Arica, que pertencia à Bolívia (e que perdeu portanto a saída para o Pacífico), e Taparacá e Antofagasta, pertencentes ao Peru, todos ricos em recursos minerais.

(PR), Movimento de Ação Popular Unificada (MAPU) e a Esquerda Cristã (IC) -, venceu as eleições em 1970 com a proposta da via pacífica para o socialismo.

No governo da UP o Chile conheceu um processo de mobilização sem precedentes na América Latina. O plano de governo previa ocupações de terras e reforma agrária, nacionalização dos recursos naturais e econômicos e democratização de todas as esferas da vida pública, sobretudo do sistema escolar e universitário. No setor econômico, estava previsto a estatização de empresas de grande fomento econômico e social como as do setor de energia elétrica, transporte, comunicação, siderurgia, dentre outras, além da parceria financeira e técnica entre o Estado e empresas privadas. Durante os anos de 1971 e 1972 foram nacionalizadas mais de 300 empresas. Muitos bancos estrangeiros e nacionais privados passaram ao controle do governo, assim como a produção de cobre, ferro e salitre (PAVÓN, 2003: 43). As relações diplomáticas e comerciais do Chile foram estendidas a países socialistas como Cuba, República Popular da China, República Democrática Alemã, República da Coreia e também Vietnã.

Nos informes produzidos pelo Centro de Informações do Exterior (CIEX), órgão ligado ao Ministério das Relações Exteriores responsável pelo acompanhamento das atividades dos brasileiros no exterior (PENNA FILHO, 2004: 166), durante 1969-1973 é possível perceber a dimensão do alcance da organizada rede de informações montada pós-Golpe de 64 e, ao mesmo tempo, entender a opção de muitos brasileiros por se exilarem no Chile. Estima-se que até o mês de abril de 1970 aproximadamente 300 brasileiros chegaram ao Chile, um número que após 3 anos se elevaria para 800 (CIEX, 19/09/1973: nº 451), conforme verificamos abaixo:

1. O fluxo de asilados e refugiados brasileiros no Chile ter-se-ia incrementado nos últimos meses, estimando-se que, em ABR/70, se encontrariam naquele país cerca de 300 elementos, entre asilados de jure, refugiados, ingressados como turistas ou clandestinamente.

2. A razão de tal incremento seria atribuível a:

i) Existência de uma chamada 'caixinha', sustentada por asilados que usufruem de cargos, bem remunerados em dólares, em organismos internacionais com sede no Chile, como o CEPAL, OIT, etc.

ii) Possibilidades de contactos organizados com o PC Chileno e outras organizações de esquerda, bem como as perspectivas otimistas de uma vitória eleitoral de SALVADOR ALLENDE, que teria prometido ao grupo de asilados encabeçado por ALMINO AFONSO apoio a movimento tendente a derrubar o Governo brasileiro (CIEX, 20/05/1970: nº 148).” [grifo meu]

Cabe acrescentar que as informações contidas nos informes eram coletadas ou obtidas e produzidas por diplomatas do Ministério das Relações Exteriores que desenvolviam *in loco* suas atividades e as repassavam aos demais serviços de informações que atuavam no plano interno, a saber: o Serviço Nacional de Informações (SNI), Centro de Informações do Exército (CIE), Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA), Centro de Informações da Polícia Federal (CI/DPF) entre outros.

No Chile os brasileiros e os exilados de outras ditaduras contavam com apoio explícito de Allende. Sua simpatia pelos exilados brasileiros, em específico, pode ser observada em diversas de suas ações. Dentre elas destacamos, de acordo com a documentação do CIEEX, solicitações de reuniões entre brasileiros e o presidente (CIEEX, 12/11/1970: nº 417), a visita da primeira dama do Chile, Hortência Allende, aos refugiados hospedados no país por conta do governo (CIEEX, 03/02/1971: nº 39), a facilitação para expedir documentação que regulamentava a estadia dos exilados como, por exemplo, passaportes e registros de vistos (CIEEX, 1971: nº530), doações em espécie e financiamento das atividades dos brasileiros e o oferecimento de empregos no governo ou em órgãos a ele ligado (CIEEX, 01/06/1971: nº177). Todavia, para o governo militar brasileiro tais iniciativas não passavam de um evidente apoio à subversão no Brasil.

A liberdade política vivenciada no Chile naquele momento também foi ressaltada nas memórias dos exilados brasileiros. Anina de Carvalho, que embora não tivesse sido processada oficialmente, pois não havia inquérito policial contra ela aberto, foi perseguida e teve que sair do país. Carvalho advogou no Brasil entre os anos de 1965 e 1971 no âmbito da “advocacia política”, defendendo presos políticos e denunciando casos de torturas. Assim a advogada narra sua saída do Brasil em 1971:

Saí, fui para o Chile alguns dias, como a maioria das pessoas. Foi um período curto mas de profundo alívio. Depois da tensão que a gente estava vivendo no Brasil, foi enfim um clima de euforia, aquela beleza que era o Chile naquele período
(CAVALCANTI; RAMOS (org.), 1988: 61)

Márcio Moreira Alves, deputado brasileiro pelo MDB, chegou ao Chile no final de 1968 e definiu sua chegada como “uma abertura de horizontes” (CAVALCANTI; RAMOS (org.), 1988: 226-236). Esta representação também foi compartilhada por outros que lá se exilaram, mas os horizontes, o futuro no país não seria igual para todos.

O exílio, segundo Denise Rollemberg (1999: 33), embora ofereça a oportunidade do recomeço e da transformação também expõem o exilado a experiências dolorosas: a

solidão, o afastamento de seus referenciais e de sua cultura, o medo constante da repressão, a derrota de seu projeto político e individual, redefinir identidades, são algumas seqüelas presentes no universo do exilado.

Embora a administração de Allende não possa ser caracterizada pela ausência de crises, uma assertiva pode ser feita: os exilados brasileiros, até o Golpe de Pinochet, puderam viver com certa liberdade. Puderam, dentre outras coisas, organizar movimentos de contestação à ditadura brasileira inclusive com apoio de chilenos.

Dentre as associações que se formaram no Chile no período e que tiveram suas atividades monitoradas pelos serviços de repressão brasileiro, destacaram-se a Frente Brasileira de Informações (FBI), a Associação Chileno-Brasileira de Solidariedade (ACBS), o Comitê de Denúncia à Repressão no Brasil (CDR) e a Unidade de Trabalhos Voluntários. Estas contaram com o respaldo do governo chileno, participaram ativamente da vida política do país e com isto conseguiram fazer com que a situação vivida no Brasil chegasse ao conhecimento de organismos internacionais de defesa dos direitos humanos por meio das denúncias de torturas e dos crimes cometidos pelo regime militar.

A situação se transforma completamente com o Golpe Militar em 11 de setembro de 1973. O país cuja tradição democrática sempre foi destacada sofreu um retrocesso e, sob domínio das Forças Armadas, teve início uma violenta repressão. Nas fábricas, nos cordões industriais e nos bairros os trabalhadores tentaram resistir, porém, as iniciativas isoladas e sem coordenação não foram capazes de fazer frente aos comandos militares fortemente armados.

Segundo Syrkis (1981) teve início uma verdadeira campanha para denunciar a presença de estrangeiros e de simpatizantes e partidários do governo destituído. Utilizando as rádios e distribuindo panfletos, a Junta Militar convocava a população para ajudar na operação limpeza. Nesse momento, os aeroportos e as fronteiras já encontravam-se fechados. O toque de recolher impedia a circulação das pessoas nas ruas e já no dia seguinte ao golpe, com as cadeias e delegacias lotadas, os estádios (Estádio do Chile e Nacional) se transformaram em verdadeiros campos de concentração. Sumariamente as execuções foram realizadas.

As embaixadas de países como o Panamá, México, Argentina, Peru, Equador e Venezuela ficaram lotadas. Muitos brasileiros conseguiram asilo diplomático até que fosse permitida a saída do país. Outros foram presos para investigação e liberados, mas, Túlio Cardoso Quintiliano, Vânio José de Matos, Nelson de Souza Kohl, Luiz Carlos Almeida e Jani Vanine não conseguiram escapar e foram assassinados pela ditadura (ARAÚJO, 1995).

A repressão aos brasileiros contrários ao regime militar brasileiro ultrapassou as fronteiras nacionais, esteve presente no Chile durante todo o governo Allende e quando ocorreu o Golpe chegou a exportar *know how* em matéria de tortura. Médici, neste sentido, participou da conspiração que derrubou Allende fornecendo subsídios (armamento) aos golpistas, além de reconhecer imediatamente a legitimidade da ditadura chilena (BANDEIRA, 2003).

Assim, termina essa etapa do exílio brasileiro no Chile, onde até o Golpe existia entre os exilados a perspectiva de mudança de governo no Brasil. As esperanças se perderam e o destino se redimensionou pela Europa: Suíça, Suécia, França e em breve Portugal, entre outros já que a América do Sul não mais era um lugar seguro.

Referências bibliográficas:

ARAÚJO, Maria Celina de; CASTRO, Celso (org.). **Democracia e Forças Armadas no Cone Sul**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

ARAÚJO, Maria do Amparo et al. **Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964**. Recife: Cia. Editora de Pernambuco, 1995.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Brasil e os golpes na Bolívia, Uruguai e Chile: 30 anos depois**. Revista Espaço Acadêmico, nº 28, setembro de 2003. ISSN 1519.6186. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/028/28bandeira.htm>>. Acesso em 09/02/2006.

CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa, RAMOS, Jovelino (org.). **Memórias do exílio: Brasil 1964/1977**. São Paulo: Livramento, 1988.

Centro de Informações do Exterior (CIEEX). Informes nº 001 a 298. v.10. Ano: 1970. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores (AMRE).

_____. Informes nº 299 a 501. v.11. Ano: 1970. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores (AMRE).

_____. Informes nº 001 a 140. v.12. Ano: 1971. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores (AMRE).

_____. Informes nº 311 a 550. v.19. Ano: 1973. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores (AMRE).

GASPARI, Elio. **A Ditadura Derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

MACARINI, José Pedro. *A política econômica do governo Médici (1969-1974)*. In: **Nova Economia**. Belo Horizonte: set-dez 2005. Disponível em: <<http://www.face.ufmg/novaeconomia/sumários/v15n3/150303.pdf>>. Acesso em 15/01/07.

PAVÓN, Héctor. **El 11 de Septiembre... de 1973**. Buenos Aires: Libros Del Zorzal, 2003.

PENNA FILHO, Pio. **O Itamaraty e a repressão além-fronteiras: o Centro de Informações do Exterior (1966-1986)**. In: FICO, Carlos et al. (org). **40 anos do Golpe: ditadura militar e resistência no Brasil**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.

RÉMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

ROLLEMBERG, Denise. **Exílio: entre raízes e radares**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SYRKIS, Alfredo. **Roleta Chilena**. Rio de Janeiro: Record, 1981.